

Golpe civil-militar e repressão no imediato pós-golpe: os casos da Paraíba e de Minas Gerais

Paulo Giovani Antonino Nunes*

Resumo

Nos momentos que antecederam o golpe civil-militar no Brasil, em 1964, vivia-se um clima de grande efervescência política e social, tanto do ponto de vista das forças que apoiavam o projeto trabalhista de João Goulart e de vários movimentos sociais vinculados a grupos de esquerda, quanto, principalmente, da organização de forças políticas que o combatiam. Esse artigo é parte do resultado das pesquisas desenvolvidas em estágio Pós-Doutoral na UFMG/PROCAD, no período de setembro de 2012 a janeiro de 2013. Nele analiso as tramas políticas que se desenvolveram durante o golpe e a repressão sobre a sociedade civil nos estados da Paraíba e de Minas Gerais, observando as forças políticas e sociais que participaram dessa construção, as que resistiram a ela e a repressão que se abateu sobre a mesma. Busco verificar possíveis especificidades do golpe e implantação da ditadura militar em dois estados da federação de regiões bastante diferentes.

Palavras-chave: História política; Golpe civil-militar; Sociedade civil; Repressão.

Neste artigo analisarei as tramas políticas que se desenvolveram durante o golpe civil-militar de 1964 e a repressão sobre a sociedade civil nos estados da Paraíba e de Minas Gerais, observando as forças políticas e sociais que participaram dessa construção, as que resistiram a ela e a repressão que se abateu sobre a mesma. Busco, ainda, verificar possíveis especificidades do golpe e a implantação da ditadura militar em dois estados da federação de regiões bastante diferentes.

Sob as perspectivas apontadas pela chamada “nova história política”¹ e sua interlocução com a História Cultural, utilizaremos o conceito de “cultura política”²,

* Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba (UFP). Preside a Comissão da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba.

¹ Sobre as novas perspectivas da Nova História Política, ver: JULLIARD, Jacques (1976); RÉMOND, René (1996); ROSANVALON, Pierre (2010); BORGES, Vavy Pacheco (1991,1992); FALCON, Francisco (1997); LE GOFF, Jacques (1985).

² Para a compreensão do conceito e sua aplicação ao campo da História, ver: BERSTEIN (1997); MOTTA (2009a).

desenvolvido inicialmente no âmbito da Ciência Política norte-americana e, depois, apropriado de forma modificada pelos historiadores. Concebemos o conceito de cultura política na forma que foi definido por Rodrigo Patto Sá Motta (2009), influenciado por uma série de autores que teorizaram sobre o tema. Segundo o autor, a cultura política pode ser entendida como:

Um conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhadas por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro (MOTTA, 2009a, p. 21).

Esse conceito pode ser útil para percebermos determinados elementos da cultura brasileira que influenciaram o golpe civil-militar de 1964, como, por exemplo, o autoritarismo e a falta de compromisso com a democracia, tanto de setores da “direita”, como da “esquerda” brasileira e a construção do anticomunismo no Brasil. Motta (2009a) também afirma que uma das formas possíveis de utilizar o referido conceito seria em sua dimensão comparativa; então, como buscamos especificidades regionais no golpe e na implantação da ditadura militar, acreditamos que ele possa ser útil nessa análise comparativa que buscaremos fazer. Segundo Capelato (2009, p. 36), “[...] num momento em que os estudos históricos buscam recuperar as especificidades, a história comparada permite apontar, ao mesmo tempo, os pontos comuns e as diferenças de fenômenos históricos similares”.

Tramas políticas e sociais na conjuntura pré-golpe civil-militar na Paraíba e em Minas Gerais

O Caso da Paraíba

O final do período trabalhista³ na Paraíba foi marcado por mobilizações dos trabalhadores urbanos e rurais. A intensificação da urbanização, com o avanço do capitalismo no campo, propiciou o surgimento de práticas trabalhistas.

³ Entendemos que trabalhismo é um conceito que explica melhor que populismo o período da política brasileira entre 1945 e 1964, no sentido de que busca compreender as ações dos trabalhadores no período e seu apoio ao projeto que buscava atender, de alguma forma, suas demandas. O governador do estado da Paraíba, Pedro Gondim, apesar de ser originário do PSD, pelo qual foi eleito vice-governador, e depois ter sido eleito governador pelo PDC, com o apoio dos conservadores da UDN, teve em vários momentos de seu governo uma postura muito próxima das práticas trabalhistas, formuladas e desenvolvidas pelo PTB, principalmente no governo de Vargas e, posteriormente, no de Goulart.

Na década de 1960, foi criada, a partir da atuação de vários presidentes de sindicatos, a Comissão Intersindical (COSINTRA), voltada para as reivindicações básicas dos trabalhadores. A partir dessa entidade sindical, originou-se o núcleo local do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), que passou a acompanhar e dar apoio aos diversos movimentos reivindicatórios e grevistas surgidos no período. Também criou-se o Pacto de Unidade e Ação, tendo como base os sindicatos dos portuários e ferroviários de Cabedelo. Além desse avanço do movimento sindical, outras entidades da sociedade civil passaram a atuar de forma mais reivindicativa, principalmente o movimento estudantil secundarista e universitário e a Associação Paraibana de Imprensa (API) (CITTADINO, 1998). Outro campo de atuação importante das forças nacionalistas e de esquerda foi a Campanha de Educação Popular (CEPLAR), fundada em 1961 por estudantes e profissionais da área de educação e assistentes sociais ligados à JUC (Juventude Universitária Católica) e inspirada no método Paulo Freire, cujo objetivo era o de promover atividades de educação/conscientização junto às camadas populares. Inicialmente, atuou na cidade de João Pessoa e, posteriormente, expandiu-se para outras cidades do interior do Estado. No seu Conselho Deliberativo, estavam representados o movimento sindical, o estudantil, a Igreja Católica, a API, dentre outras entidades. Os comunistas também participaram diretamente, principalmente o teatrólogo Paulo Pontes, que produziu peças, músicas e folhetos para suas atividades (PORTO; LAGE, 1994).

Porém, apesar do avanço do movimento sindical e popular, quem deu o tom das manifestações populares desse período foi o movimento camponês, por meio das Ligas Camponesas.

A questão agrária na Paraíba só passou a ser questionada no final da década de 1950, devido às mudanças profundas ocorridas nas relações de produção no interior do sistema latifundiário, que culminaram com a expropriação definitiva do camponês e a sua conseqüente expulsão da terra. Nesse momento, os camponeses começaram a resistir, por meio da criação das Ligas Camponesas e dos sindicatos rurais.

A origem das Ligas Camponesas na Paraíba está ligada ao rompimento da luta camponesa com o localismo paróquial e o conseqüente questionamento da estrutura de dominação, representada pelo atrelamento do aparelho governamental ao grupo da

Várzea⁴ e à própria mobilização dos trabalhadores, por meio de congressos e da influência das lutas de Pernambuco (BENEVIDES, 1985).

A primeira Associação dos Trabalhadores Agrícolas da Paraíba, criada em 1958, e que ficou conhecida como Liga de Sapé, era bastante parecida com a Liga da Galileia, que deu origem à luta social agrária, embora houvesse diferenças no modelo organizacional. A Liga de Sapé, a exemplo da Liga do Engenho Galileia, de Pernambuco, procurou desvincular-se da identificação com o comunismo, não adotando o nome de Liga e convidando um pequeno proprietário para ser seu presidente, apesar da direção real do movimento estar nas mãos do líder camponês João Pedro Teixeira.

As Ligas espalharam-se rapidamente por várias cidades do estado, atingindo um total de 15 entidades, com cerca de 40 mil sócios. A Liga de Sapé foi a maior do Brasil, chegando a contar com 13 mil membros, seguida pela de Mamanguape, com 10 mil, apesar de toda a repressão do bloco agroindustrial. Começaram a ser estabelecidas relações entre o campesinato paraibano e o mundo urbano da Capital, passando as Ligas a receberem apoio de parte da imprensa, de parlamentares progressistas, da Frente de Mobilização Popular, do Centro de Educação Popular (CEPLAR), de segmentos da Igreja, de estudantes, das esquerdas e até de elementos liberais da classe média. A divergência interna presente no movimento em Pernambuco entre os seguidores de Francisco Julião e os do PCB, também se fazia presente na Paraíba. As Ligas na Paraíba se dividiam entre a liderança dos “julianistas” Elizabeth Teixeira e Antônio Dantas e dos militantes do PCB.

A criação das Ligas Camponesas na Paraíba gerou uma violenta reação de parte dos grandes proprietários. Não satisfeitos com a “petulância” dos camponeses, que ousavam se organizar para lutar por seus direitos, reagiram de forma mais violenta que a usual no trato com os camponeses, usando a repressão contra as manifestações. Os latifundiários usaram dois métodos para intimidar os camponeses. Apelaram tanto para argumentos “sutis” de persuasão, tais como ameaça de expulsão das terras, de agressões e de mortes, cooptação de lideranças e sua transferência para outras regiões e intimidação através da realização de manobras militares em áreas de conflito, como também, para o uso da violência efetiva, sob diversas formas: espancamentos, invasão e destruição das residências, prisões irregulares e, por fim, assassinatos de lideranças.

⁴ Formado pelas famílias Ribeiro Coutinho e Veloso Borges, ligadas ao setor agroindustrial e latifundiário da região litorânea do estado da Paraíba e com inserção nos meios político-partidários do Estado.

A escalada da violência teve início no Engenho Miriri, localizado entre os municípios de Sapé e Mamanguape, após um conflito entre membros da Liga e proprietários, que resultou na morte do líder camponês Alfredo Nascimento. Em seguida, houve o assassinato do líder da Liga de Sapé, João Pedro Teixeira (AUED, 1986).

Esse crime teve repercussão nacional, sendo acusado de mandante o senhor Aguinaldo Veloso Borges, sexto suplente de deputado estadual, que, após uma manobra promovida pelo deputado Joacil Pereira de Brito, na Assembleia Legislativa, assumiu o mandato e passou a gozar de imunidade parlamentar.⁵

Foram registrados vários casos de espancamentos e mortes de lideranças das Ligas e camponeses a elas ligados. Em diversos momentos, os camponeses reagiram às agressões recebidas, desencadeando um processo de enfrentamento que culminou com a ocorrência de vítimas, tanto entre eles, quanto entre as milícias dos proprietários, como foi o caso do confronto que ficou conhecido como “Chacina de Mari”⁶. Esses episódios violentos chegaram ao auge após o Golpe de 1964 e resultaram no total desmantelamento do movimento camponês.

O governo de Pedro Gondim, iniciado de forma interina em 1958 e depois continuado através de eleições em 1960, manteve uma boa relação com as forças trabalhistas do Estado. Frente à crescente mobilização camponesa, no início dos anos 60, Pedro Gondim cultivou uma posição de tolerância e compreensão, sem chegar a estimular ou apoiar as ações mais radicais. Também se percebe, nos seus pronunciamentos sobre a questão agrária no Nordeste, uma identificação com as reivindicações dos trabalhadores rurais, por ele consideradas legítimas, e com a condenação da estrutura agrária então vigente.

⁵ A Coligação Nacionalista Libertadora (UND e PL) elegeu onze deputados estaduais na eleição de 3 de outubro de 1958. Desses, um licenciou-se, dando lugar para que os cinco primeiros suplentes assumissem e, em seguida, entrassem de licença, até que chegou a vez do sexto suplente, Aguinaldo Veloso Borges, assumir. A trama ficou evidenciada pela Ata da Assembleia Legislativa do Estado, do dia 11 de abril de 1962 – “Expediente Requerimentos: Do Deputado Clóvis Bezerra, requerendo 31 dias de licença para tratamento de saúde. Do Deputado Flaviano Ribeiro, no mesmo sentido. O Sr. Presidente informa que está na ante-sala desta Assembleia com o Suplente Aguinaldo Veloso que foi convocado por esta Assembléia e vem assumir o mandato”. (BENEVIDES, 1985, p. 99). Esse fato levou populares a recitarem o seguinte verso: “Morreu João Pedro, um talento – os capangas que o matou – é pobre/foi pro relento – quem mandou, como é rico – se escondeu no Parlamento.” (ARQUIVO DO NÚCLEO DE REFERÊNCIA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DA PARAÍBA. Depoimento de Ophelia Amorim. IPM 9, p. 24, s/d).

⁶ Conflito entre um administrador de fazenda, vigias, policiais arrebanhados de um posto policial de Santa Rita e camponeses, que resultou em onze mortos e quatro feridos, entre os quais o administrador da Usina São João e o presidente da Liga Camponesa de Mari, Antônio Galdino.

No final de 1963, as crescentes mobilizações dos setores reformistas e de esquerda levaram a uma ruptura com o governo Gondim. Três acontecimentos conduziram a um afastamento entre as forças populares e de esquerda e o citado governo: primeiro, uma manifestação de estudantes secundaristas e universitários contra o desrespeito à lei da meia passagem, que foi reprimida pela polícia; segundo, a tragédia de Mari e, por fim, a invasão da Faculdade de Direito⁷. Essas ocorrências são um marco decisivo do esgotamento “gondinista”, que se consubstancia no afastamento do governador das forças populares e de esquerda do Estado e no seu aprisionamento absoluto às classes conservadoras.

Essa posição do governo Gondim deve ser analisada tendo-se em vista a composição que o elegeu, assim como a sua disposição em governar no centro dessas forças políticas. Por um lado, ele foi eleito com o apoio da UDN – União Democrática Nacional –, partido de feições conservadoras, que, naquela conjuntura, não tinha como suplantar sua popularidade e terminou apelando para uma aliança, como forma de se chegar ao poder. E como Gondim, após sair do PSD, não dispunha de uma máquina partidária capaz de assegurar sua vitória, aceita o apoio udenista. Mas, mesmo contando com esse apoio, Gondim não poderia prescindir do suporte das forças populares e de esquerda, que se tornou a base de sua campanha e que desempenhou um papel significativo na fase inicial de seu governo. Assim, dentro desse pacto trabalhista, ele fica contido entre duas forças antagônicas que, progressivamente, reforçam a pressão sobre ele, tornando a manutenção do pacto impossível, o que leva à sua ruptura e a uma tomada de posição favorável às forças conservadoras.

A guinada do governo, no sentido de sua vinculação definitiva com os grupos conservadores, já se mostra nas consequências do episódio de Mari, em que o governador, além da medida de praxe representada pela abertura de um inquérito para identificação dos culpados, procede à montagem de um forte esquema de repressão aos camponeses, enviando para os locais de maior tensão um forte aparato policial, comandado pelo coronel Luiz de Barros⁸. O governo também fez alterações no aparato

⁷ Segundo cobertura da imprensa na época, a invasão foi liderada pelo deputado Joacil Pereira de Brito e pelo estudante Marcus Odilon Ribeiro Coutinho, com o objetivo de desalojar da Faculdade estudantes que protestavam contra a vinda do governador da Guanabara, Carlos Lacerda, à Paraíba. Ver: Grupo anti-lacerdista promoveu, sem motivo, desordens em João Pessoa – **Diário de Pernambuco**, 05 de março de 1964 (RODRIGUES, 2000, p. 15). O ex-deputado Joacil de Brito Pereira nega que tenha invadido a Faculdade (BRITO, 1994, p. 273- 275).

⁸ Um dos mais temidos repressores dos movimentos sociais da Paraíba. Posteriormente, durante o regime militar, foi eleito deputado estadual.

policial, tentando reforçar a comunhão que se estabeleceu entre o Governo do Estado e os representantes das Forças Armadas do Estado, após os desdobramentos dos conflitos de Mari e da Faculdade de Direito, e não permitiu qualquer tentativa de realização de manifestações contestatórias em João Pessoa e em outras localidades. Essas mudanças de postura do governo Gondim são claros indicativos do novo direcionamento político adotado por ele. Muito mais que apenas o reforço das vinculações com as classes conservadoras, o que se percebe, a partir desse posicionamento do governador, é o estabelecimento, anteriormente ao 31 de março, de uma franca sintonia do Governo do Estado com os interesses e com o pensamento das Forças Armadas.

Enquanto Pedro Gondim se aproximava das forças golpistas, dava-se, ao mesmo tempo, um avanço das forças de direita, no sentido de conspiração e de sua organização e reação contra as mobilizações das forças de esquerda, ocorridas antes de 1964. Os proprietários rurais organizaram-se na Associação dos Proprietários da Paraíba (APRA), que ficou conhecida como LILA (Liga dos Proprietários). Essa entidade exercia uma atividade paramilitar, voltada para a defesa das suas propriedades privadas.

A articulação do golpe de 64 na Paraíba contou com a participação conjunta dos setores civis e militares, de membros da UDN, do PSD e de jornalistas. Segundo o deputado Joacil de Brito Pereira (1997):

Estávamos prontos para enfrentar o pior. Adquirimos armamento e munição em São Paulo. O Coronel Roberto de Pessoa fez nossa ligação com o Governador Ademar – e o auxiliar do Governo paulista, ele nos levou no Governador Ademar – e o resto nós fizemos: eu, Aguinaldo Veloso Borges, Antônio Ribeiro Pessoa, João Batista de Lima Brandão, Sindulfo Guedes Santiago, Marcos Odilon, Flaviano Ribeiro Coutinho e Luiz Ribeiro Coutinho.

A essa altura, não estavam sós os proprietários rurais. Homens de todas as classes passaram a ajudá-lo, a apoiá-los. Jornalistas como Antônio Barroso Pontes, Archimedes Cavalcanti, Antônio de Arruda Brayner, José Leal e Otinaldo Lourenço formavam decididamente conosco. O General reformado do Exército, Renato Ribeiro de Moraes; o dentista Fernando Furtado; o médico João Gonçalves Toscano de Medeiros; o sargento reformado do Exército, Reinaldo de Melo Celani; o Sargento Lira e vários outros, como outro Tenente reformado do Exército, Fontele. Finalmente, uma plêiade de paraibanos de todos os segmentos sociais.

Em Campina Grande, formamos poderoso núcleo. O Juiz aposentado Manoel Casado Nobre, o empresário Juarez Barreto, o advogado Rui Barbosa, o Dr. Ermírio Leite, os irmãos Paulo e Enivaldo Ribeiro, Luismar Resende e tanto outros cidadãos livres ficaram ao nosso lado.

Em Areia, Severino Teixeira de Brito Lira, o Coronel José Maria da Cunha Lima e o seu sobrinho Roberto Cunha Lima, João Barreto e seu filho Haroldo Barreto, o Professor Manoel Gouveia, o proprietário José Rufino de Almeida e muita gente mais. (PEREIRA, 1997, p. 109-110).

Nada indica que o Governo do Estado, a princípio articulado com as práticas trabalhistas, tenha tido alguma participação na conspiração golpista, apesar da sintonia de interesses e de ação que já vinha se manifestando entre o governador e a guarnição federal da Paraíba. O mais provável é que ele tenha sido tomado de surpresa. Além disso, também não tinha uma posição definida, nem tampouco homogênea, a ser assumida, pois parte do seu secretariado defendia o rompimento com o Governo Federal e a adesão imediata ao golpe, e outra parte pretendia a adoção de uma posição em apoio a João Goulart (CITTADINO, 1998).

No dia do golpe, Gondim sofreu pressão dos militares para aderir-lhe. Contudo, só tomou sua posição no dia seguinte, com a chegada do líder do governo à Assembleia, Antônio Vital do Rêgo. A partir desse momento, percebendo a irreversibilidade do movimento militar, a fragilidade das forças “janguistas” e, principalmente, a importância do momento para sua sobrevivência política, Pedro Gondim, com a colaboração de Antônio Vital do Rêgo e de seu secretário Sílvio Porto, elabora uma nota de apoio ao movimento golpista, que foi lida pelo governador na rádio estatal, a Tabajara, no dia 1º de abril. Afirma Gondim, na referida nota:

Não posso e não devo, neste instante de tanta inquietação nacional, deixar de definir minha posição, na qualidade de governador dos paraibanos. Reafirmo, preliminarmente, todos os pronunciamentos que expendi em favor das reformas essenciais, por saber que elas constituem instrumentos legais de adequação aos novos problemas do povo. E neste sentido nunca faltei com o meu estímulo e apreço ao governo central.

Os últimos acontecimentos, verificados no Estado da Guanabara, envolvendo marinheiros e fuzileiros navais, denunciaram, porém, inequívoca e grave ruptura na disciplina em destacado setor das classes armadas, com desprezo às linhas hierárquicas e completa alienação às prerrogativas da autoridade, sustentáculo autêntico da segurança nacional.

O movimento que eclodiu nestas últimas horas em Minas Gerais, com repercussão em outros Estados, não é mais nem menos do que a projeção de acontecimentos anteriores, numa tentativa de recolocar o país no suporte de sua estrutura legal, propiciando clima de tranquilidade – indispensável ao processo desenvolvimentista que vivemos.

O pensamento político de Minas Gerais hoje, como em 1930, identificou-se com a vocação histórica do povo paraibano que deseja, neste episódio e, sobretudo, o cumprimento das liberdades públicas, consubstanciadas na defesa intransigente do regime democrático. (MELO, 2004, p. 135-136).

Essa decisão garantiu-lhe não apenas a sua permanência à frente do Governo do Estado, como também a preservação de sua liberdade, pois se a decisão tivesse sido

outra, ele, provavelmente, teria sido deposto e preso. A partir daí, a adesão de Gondim à “revolução” se dará de forma absoluta e inquestionável.

O Caso de Minas Gerais

No Estado de Minas Gerais, um dos principais da região sudeste do país, e onde “a revolução começou”, houve uma organização bastante articulada das elites locais, no sentido de desestabilizar o governo de João Goulart e o projeto nacional-desenvolvimentista defendido por este e por vários setores da sociedade civil.

Essa organização se deu através das ações do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) que, tendo sua organização principalmente no eixo Rio-São Paulo, precisava, para obter bom êxito nos seus objetivos, se espalhar pelos demais estados brasileiros. De acordo com Starling (1986)⁹, Minas Gerais seria fundamental para viabilizar o projeto de classe, alimentado pelo IPES, por dois motivos:

Em primeiro lugar, devido ao papel político desempenhado por Minas a nível nacional, ao alto grau de prestígio político alcançado por suas elites e ao peso de sua influência na administração federal, seja na articulação de linhas políticas, seja na distribuição de pastas de primeiro escalão (STARLING, 1986, p. 47).

O segundo motivo seria o caráter militar que Minas poderia cumprir numa possível “revolução”, ou seja, a posição singular de Minas no corpo do país transformava o estado em uma área privilegiada do ponto de vista de uma resistência militar.

Em primeiro lugar, devido às possibilidades de comunicação com quase todas as regiões do país – nordeste, oeste, leste e sul; em segundo lugar, tratava-se de uma região próxima ao centro nervoso de onde seria desfechado o golpe; em terceiro lugar, permitia condições mínimas de abastecimento interno – a pecuária no Norte, a agricultura no Sul. Finalmente, cercada por montanhas, Minas não só constituía um alvo difícil para um ataque de tropas regulares, como – e principalmente – constituía um excelente refúgio defensivo que, assentado em um terreno favorável, oferecia segurança, permanência e mobilidade constante. Frente a um método de combate eminentemente defensivo, a superioridade relativa

⁹ O trabalho de Starling (1986) é o texto de maior fôlego sobre o golpe civil-militar em Minas Gerais, no entanto, a autora parte dos mesmos princípios de análise do trabalho de Dreifuss (1981) e aplica ao caso de Minas o que este fez para o Brasil como um todo, portanto, no meu entendimento, serve para ela a crítica feita por Reis Filho (2001) ao trabalho de Dreifuss, para quem a grande fragilidade deste é superestimar o controle do IPES e do IBAD sobre o curso dos acontecimentos. Segundo Reis Filho (2001), “em muitos momentos, o autor parece superestimar o controle e o domínio que as instituições que investiga, sobretudo o IPES, tivessem do processo em curso”. Utilizaremos as informações de Starling sobre os relatos dos fatos ocorridos na conjuntura do pré-golpe em Minas, sem, no entanto, considerar que todos os movimentos que atuaram neste momento eram totalmente controlados pelo IPES.

oferecida por Minas estava em garantir vantagens no aproveitamento do terreno, que permitisse inversão na correlação de forças. (STARLING, 1986, p. 47).

O IPES-MG conjugou os setores mais “modernos” da economia mineira, ligados ao capital multinacional e associado, e apresentava uma especificidade em relação à organização da entidade no eixo Rio-São Paulo: “[...] a mais importante delas foi [...] não ter fundido em seu interior os diferentes grupos antigovernistas atuantes em outra área do meio empresarial.” (STARLING, 1986, p. 80). Os setores mais “tradicionais” da economia local e da classe média conservadora se organizaram, com o incentivo do próprio IPES-MG, numa entidade chamada os “Novos Inconfidentes”, e “[...] o que unificava esses grupos não era, certamente, o projeto de classe do setor multinacional-associado e, sim, o seu posicionamento anticomunista”. (STARLING, 1986, p. 81).

Os “Novos Inconfidentes” eram formados por militares das forças armadas, em sua maioria da reserva, mas também alguns da ativa; pela Polícia Militar e delegados da Polícia Civil; por setores da classe média, como profissionais liberais e estudantes universitários; por latifundiários, setores conservadores da Igreja e empresários, principalmente, do setor mais tradicional da economia mineira. “Esse organismo significava, na prática, a constituição de uma frente conservadora-oposicionista em Minas Gerais, altamente heterogênea, mas com forte ascendência em seu interior de ‘elite tradicional’ do estado”. (STARLING, 1986, p. 90).

Outro grupo que teve papel importante nas mobilizações contra o governo Goulart e o projeto nacional-desenvolvimentista, visto como um caminho para a implantação do comunismo no Brasil, foi o das mulheres conservadoras. No Estado de Minas Gerais, elas se organizaram na Liga da Mulher Democrática (LIMDE), que realizou várias manifestações, que culminaram, na véspera do golpe civil-militar de 1964, com as grandes “Marchas da Família com Deus pela liberdade”. De acordo com Simões (1985), as mulheres mineiras começaram a se destacar em nível nacional quando impediram um comício do líder trabalhista Leonel Brizola pelas “reformas de base” em Minas, no dia 25 de fevereiro de 1964, utilizando o “rosário de Nossa Senhora” para combater a “foice e o martelo”, símbolo do comunismo. O exemplo das mineiras foi seguido por outras organizações similares de mulheres no país. Esse movimento se alinhava com os “Novos Inconfidentes”.

Ainda que não estivessem organizadas numa associação, um pequeno grupo de senhoras mineiras organizou, em setembro de 1963, um protesto contra a visita do

presidente Tito, da Iugoslávia, ao Brasil. Segundo Starling (1986, p. 157), foi “[...] a partir de então, [que] elementos da direção do IPES – ‘Novos Inconfidentes’ – passaram a estimular a criação, em Minas, de uma organização feminina que pudesse funcionar como ‘ponta de lança’ para o contra-ataque a João Goulart”. Outro movimento organizado pelas mulheres, já em janeiro de 1964, foi uma campanha para impedir a realização do Congresso para a construção da Central Única dos Trabalhadores da América Latina (CUTAL) em Belo Horizonte.

Para impedir a realização desse Congresso, as mulheres mineiras partiram para ações radicais, como o cerco dos principais hotéis de Belo Horizonte, onde se encontravam hospedados os primeiros congressistas, visando atravancar a saída deles para o local do Congresso. Também ameaçaram deitarem-se na pista do Aeroporto da Pampulha para impedirem o desembarque dos congressistas, além de promoverem um grande comício no dia 20 de janeiro de 1964 contra a realização do referido congresso em Belo Horizonte. Diante dessa pressão, o congresso foi transferido para Brasília. Foi no bojo da vitória desse movimento, de grande repercussão na imprensa, que foi criada, no final de janeiro de 1964, em Belo Horizonte, a Liga da Mulher Democrata (LIMDE).

A LIMDE canalizou seus esforços para duas linhas centrais de ação política propagandística: na primeira delas preocupou-se em organizar e desenvolver uma campanha de “conscientização” e de doutrinação da opinião pública, através de conferências, panfletos, elaboração de abaixo-assinados de protesto, envio de telegramas às autoridades, pressão sobre parlamentares etc. Na segunda, desenvolveu as espetaculares “demonstrações de rua”. (STARLING, 1986, p. 176-177).

Apoiados e, em certo sentido, dirigidos pelo IPES – “Novos Inconfidentes” –, outros setores da classe média, além das mulheres da LIMDE, se engajaram no projeto de “tomar as ruas de Jango” e desestabilizar seu governo. Uma das categorias de classe média que se mobilizou contra o governo de João Goulart, em Minas Gerais, foi a dos médicos que, através de um manifesto intitulado “Omissão das Maiorias permite que o Ateísmo Vermelho escravize o Povo”, sugere a intervenção militar para barrar o perigo do comunismo no Brasil. De acordo com Starling (1986), os médicos mineiros “[...] atuaram como o primeiro segmento organizado das classes médias no Estado a apelar publicamente a favor da intervenção militar e, como decorrência, a se posicionar favoravelmente ao golpe no Estado”. (p. 199-200).

Também setores da Igreja Católica¹⁰ participaram da desestabilização do projeto nacional-desenvolvimentista em Minas Gerais, tanto através da participação de setores de sua cúpula na estrutura dos “Novos Inconfidentes”, como através de organizações internas da própria Igreja, como “O Movimento para um Mundo Cristão”, liderado pelo padre João Botelho e a “Escola de Líderes Operários” (ELO), do padre Ari de Freitas. Segundo Starling (1986, p. 216), “[...] a rigor, a Igreja Católica se fez presente na campanha político-ideológica IPES – ‘Novos Inconfidentes’ –, seja através dessas entidades, seja por intermédio da concatenação das ações de determinados padres”. Nesse sentido, “O Movimento por um Mundo Cristão” teve participação importante nas eleições de 1962, apoiando candidatos conservadores; nas várias manifestações de rua, como o comício de 20 de janeiro de 1964; nas manifestações contra a realização do Congresso da CUTAL em Belo Horizonte; na “Vigília Cívica” que visava impedir o comício do líder trabalhista Leonel Brizola e; na preparação da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”. Já a ELO fazia campanha ideológica no interior da classe operária, buscando a possível cooptação de lideranças operárias. E esse setor não obteve muito sucesso, pois segundo Starling (1986),

[...] a ELO não conseguiu penetrar de modo expressivo no interior das organizações do movimento operário de Minas Gerais, notadamente no meio sindical, sendo incapaz de barrar com eficácia a força representada pelas duas principais correntes políticas que atuavam no movimento sindical brasileiro desde a década de 40: O Partido Comunista Brasileiro e o Partido Trabalhista Brasileiro. (STARLING, 1986, p. 231).

De acordo com essa mesma autora, a classe operária mineira continuou se expressando por meio de lideranças do “campo trabalhista”, como Clodsmidt Rianni, presidente do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), em nível estadual, o presidente da Federação Sindical dos Trabalhadores Têxteis, Sinval Bambirra, o líder do Sindicato dos Mineiros de Nova Lima e também dirigente do CGT, José Gomes Pimenta – o Dazinho – etc.; todos eles, aliás, cumprindo mandatos parlamentares e dando sustentação ao projeto trabalhista de Jango. Um setor vinculado ao “campo trabalhista”, que se confrontou bastante com a elite mineira, principalmente com os grandes proprietários rurais, foi o dos camponeses. A primeira tentativa de organização dos camponeses em Minas Gerais aconteceu nos anos de 1940, com a formação das

¹⁰ Setores progressistas da Igreja Católica, principalmente Ação Popular (AP), tiveram grande atuação em Minas Gerais no apoio ao projeto trabalhista de Goulart, principalmente com sua marcante inserção no movimento estudantil.

primeiras ligas camponesas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) que, no entanto, tiveram vida efêmera, pois foram proibidas de funcionar quando o partido foi colocado na ilegalidade em 1947.

De acordo com Caminasca (2009), a inserção do campesinato mineiro no espaço público aconteceu de fato em meados do ano de 1950, com a realização da I Conferência Estadual de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas. Esse foi o primeiro ato público ocorrido em Minas, em que os camponeses tiveram alguma participação. Durante a realização desse evento, foi fundada a Associação de Trabalhadores Agrícolas de Minas Gerais (ATAMG). Essa entidade tinha como objetivo a promoção jurídica e social para os que viviam no campo. Um momento importante para consolidação do movimento camponês em Minas Gerais foi a realização do I Congresso Nacional de Lavradores Agrícolas, em Belo Horizonte, em novembro de 1961, com a participação de 1,6 mil delegados vindos de todo o país.

Foi também a partir da realização desse congresso que os grandes proprietários mineiros começaram a se preocupar de fato com a organização do campesinato. Segundo Starling (1986, p. 246-247), “[...] o Congresso dos Lavradores soou como um toque de reunir o setor latifundista mineiro, que se sentiu ameaçado não só pela reforma agrária em si como também pela demonstração visível da crescente capacidade de organização dos trabalhadores rurais”. Alguns dias depois do referido evento, os proprietários rurais reunidos na Federação das Associações Rurais do Estado de Minas Gerais (FAREM) produziram um documento de repúdio ao evento. Na ocasião, foi enviado ao presidente da República, ao primeiro-ministro e a outras autoridades o seguinte telegrama:

A FAREM, ora reunida em sessão permanente, pede vênias para alertar os poderes constituídos da posição das classes rurais de Minas na defesa extrema e decisiva da Constituição vigente, repudiando formalmente os movimentos subversivos de caráter eminentemente comunistas ora verificados no país. **A revolução comunista pregada abertamente no I Congresso Nacional dos Trabalhadores e Lavradores Agrícolas, ora reunido nesta Capital, vem agravar a intranqüilidade reinante nas fontes de produção**, importando na fatal e sensível diminuição da produção de gêneros de primeira necessidade, com conseqüente elevação do custo de vida e favorecimento do clima propício à subversão da ordem. (CAMISASCA, 2009, p. 47 – grifos do autor).

Segundo Camisasca (2009), o movimento camponês mineiro teve como peculiaridade a luta por terras pertencentes à União, não utilizando a tática de ocupar

propriedades privadas como aconteceu em outras regiões do Brasil. A forma de organização que predominou foi a dos sindicatos rurais.

Setores da Igreja Católica, liderados pelo arcebispo de Diamantina (MG), D. Geraldo de Proença Sigaud, se colocaram contra mudanças na Constituição Brasileira para viabilização da Reforma Agrária. O referido arcebispo enviou uma circular para todo clero do Estado, em que pedia a ação deste na luta contra a Reforma da Constituição.

V. Revma mobilize toda a sua Paróquia, as Associações Religiosas e Civis que houver, os Colégios, as Câmaras de Vereadores, os Prefeitos e demais autoridades e as várias famílias e pessoas, para que telegrafem aos Srs. Deputados Federais e Senadores por Minas Gerais, aos Presidentes da Câmara e do Senado, ao Ministro da Justiça e ao Sr. Presidente da República protestando contra qualquer alteração dos artigos 141 e 147 da nossa Constituição [...] V. Revma. fale no púlpito sobre isto, mobilize toda a sua paróquia, em defesa de um dos esteios da civilização cristã, que é o direito de propriedade. (CAMASISCA, 2009, p. 130).

Com o avanço da luta pela Reforma Agrária, a FAREM organizou uma série de encontro de ruralistas em vários municípios mineiros, tentando convocar os proprietários de terras de várias regiões do Estado para lutar contra alterações na Constituição que pudessem viabilizar a Reforma Agrária. Após a realização do Comício da Central do Brasil e a assinatura do decreto do SUPRA, as tensões se radicalizaram nas áreas rurais de Minas Gerais. A imprensa começou a noticiar como os proprietários rurais estavam se armando para defender suas propriedades de possíveis invasões. Segundo o jornal **Binômio**:

Informações vindas do interior falam na descoberta de carabinas e metralhadoras portáteis em diversas cidades mineiras. Em Luz, Oliveira, Teófilo Otoni, Uberaba, Uberlândia, Pouso Alegre, Governador Valadares, Lavras e outros locais já foram descobertas essas armas distribuídas – ao que se sabe – por emissários do Sr. Josaphat Macedo. (CAMISASCA, 2009, p. 126).

O IPES-MG, os “Novos Inconfidentes”, tendo como ponto comum a luta anticomunista e a desestabilização do governo Goulart, atuavam conjuntamente, apesar de seus objetivos com a possível substituição do governo não serem os mesmos. No entanto, ambos tinham desconfianças em relação à atuação conspiratória do governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto.

Na realidade, o movimento político-militar, em Minas, foi montado à revelia do governador do estado pelo IPES, “Novos Inconfidentes”, que estava aparentemente disposto a ir às últimas conseqüências para neutralizar Magalhães Pinto, a quem atribuía posição política “dúbia”, “ambígua” e, conseqüentemente, de modo algum confiável. (STARLING, 1986, p. 130).

Também não tinham confiança no general Mourão Filho, comandante da 4ª Região Militar e da 4ª Divisão de Infantaria do 1º Exército, com sede em Juiz de Fora. De acordo com Starling (1986, p. 117), “[...] em Minas Gerais, o general Mourão foi cuidadosamente isolado da conspiração pela liderança do IPES, ‘Novos Inconfidentes’, que buscava beneficiar-se dos esforços antigovernistas desenvolvidos por esse aliado fortuito no meio militar”.

O general Mourão Filho, que tinha uma longa tradição de conspiração, aliou-se mais organicamente ao governador Magalhães Pinto – apesar das desconfianças de ambos –, que atuava de forma discreta devido a seus interesses nas eleições de 1965, em que pretendia ser candidato à presidência da República, e tinha dentro de seu próprio partido, a UDN, um adversário de peso com as mesmas pretensões, o governador da Guanabara, Carlos Lacerda. Dessa forma, buscava agir em várias frentes, inclusive agradando setores da oposição que podiam ser possíveis aliados numa candidatura fora do seu partido de origem. Mourão Filho precipitou o golpe, com o apoio de Magalhães, ao deslocar as forças militares sob o seu comando, de Minas Gerais para o Rio de Janeiro, no dia 31 de março de 1964, sem autorização dos principais articuladores do golpe em nível nacional, que esperavam um momento mais propício para desencadeá-lo. Como não houve resistência de Goulart, que temia uma guerra civil, e das forças que apoiavam o projeto nacional-desenvolvimentista, o golpe foi vitorioso.

Dessa forma, Mourão Filho e Magalhães Pinto foram tidos respectivamente como “comandante militar da revolução” e “comandante civil da revolução”, embora nos arranjos posteriores ao golpe tenham perdido espaço para forças mais organizadas ligadas aos generais Castelo Branco e Costa e Silva. Também após o golpe, a aliança conjuntural entre o IPES-MG e os “Novos Inconfidentes” começou a apresentar problemas, já que o projeto estratégico de ambos era bastante diferente.

A repressão no imediato pós-golpe

O caso da Paraíba

O golpe militar também tomou de surpresa as forças de esquerda da Paraíba. Na noite de 31 de março, após as notícias da eclosão do golpe, chegou a ser iniciado um comício no bairro de Cruz das Armas, promovido por entidades ligadas à esquerda – Partido Comunista, CGT, Pacto de Unidade e Ação e Federação das Ligas Camponesas –, que foi dissolvido pelas tropas federais. Outra tentativa de reação deu-se na cidade de Rio Tinto, onde camponeses e operários, através do sindicato e das Ligas Camponesas, contando com o apoio do prefeito, tomaram a fábrica de tecidos, paralisando suas atividades e isolando os pontos estratégicos da cidade com arame farpado. Mas a Polícia Militar reprimiu o movimento e prendeu o prefeito. A partir daí, as forças golpistas dominaram totalmente a situação. A API foi invadida pelo Exército e a CEPLAR, por civis engajados no golpe. Foram registradas 178 prisões efetuadas no setor urbano e 172 prisões de trabalhadores rurais e camponeses. Houve o aniquilamento das Ligas Camponesas. A repressão no meio rural, além de ser feita pela Polícia Militar e pelo Exército, contou com a colaboração de capangas e das milícias particulares dos proprietários rurais.

A Assembleia Legislativa, através do Projeto de Resolução 3/64, do deputado Joacil de Brito Pereira, cassou inicialmente os deputados Assis Lemos e Lagstein de Almeida e os suplentes Figueiredo Agra e Agassiz Almeida, por unanimidade.

Art. 1º - É declarada a perda dos mandatos dos deputados Francisco de Assis Lemos e Langstein Almeida e dos Suplentes Figueiredo Agra e Agassiz de Almeida, todos da Legenda do Partido Socialista Brasileiro.

Art. 2º - A perda de mandatos declarada no artigo anterior se funda em procedimentos incompatíveis com o decoro parlamentar, por parte daqueles representantes e suplentes, nos termos do art. 21, § 2º, da Constituição do Estado, e no art. 120, do Regimento Interno.

Parágrafo Único – Para os efeitos da presente Resolução, entende-se por procedimento incompatível com o decoro parlamentar a prática pelos aludidos deputados e suplentes de incitamento ao ódio de classe, a tentativa, por meios violentos, de subversão do regime democrático, para implantação da ditadura no País o que constitui crimes previstos na Lei de Segurança (Lei n. 1.802, de janeiro de 1953).

Art. 3º - A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 7 de abril de 1964. (ARQUIVO DO NÚCLEO DE REFERÊNCIA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DA PARAÍBA, 1964, p. 55).¹¹

¹¹ ARQUIVO DO NÚCLEO DE REFERÊNCIA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DA PARAÍBA. **Projeto de Resolução 3/64**. IPM 8, 07-04-1964. p. 55.

Já a Câmara de João Pessoa cassou o mandato do vereador Antônio Augusto Arroxelas. De acordo com o jornal **O Norte** de 04 de abril de 1964, segundo o presidente da Câmara, Cabral Batista, “[...] após várias reuniões secretas, os vereadores resolveram por unanimidade cassar o mandato do vereador Antônio Augusto de Arroxelas Macêdo, em face do mesmo ter infringido o artigo 48 da Constituição Federal e o artigo 4º do Regimento interno da casa.” Também foram cassados os suplentes José Gomes da Silva, conhecido como Zé Moscou, e Leonardo Leal.

O setor estudantil também foi muito perseguido. As direções das entidades estudantis, tanto secundaristas como universitárias, sofreram intervenções. Também houve perseguição a professores universitários e expurgos no aparelho estatal. O reitor da Universidade Federal da Paraíba, professor Mário Moacyr Porto, foi afastado do cargo e em seu lugar foi nomeado como interventor o professor de Medicina e ex-oficial do Exército, Guillard Martins Alves, que depois foi eleito pelo Conselho Universitário, exercendo mandatos sucessivos até o ano de 1971.

Apesar de a repressão ter se estendido a vários setores da sociedade, ela se fez mais forte sobre as Ligas Camponesas, que eram consideradas uma afronta aos grandes proprietários de terra e uma ameaça de subversão à ordem.

O deputado estadual Francisco de Assis Lemos de Souza, presidente da Federação das Ligas Camponesas da Paraíba, foi preso no Recife no dia 6 de abril de 1964, onde tinha ido prestar apoio a uma possível resistência do governador de Pernambuco Miguel Arraes, que após ver a impossibilidade de resistir, encontrava-se hospedado na residência do ex-deputado paraibano Osmar de Aquino. Segundo Souza (1996), em relato no seu livro **Nordeste. O Vietnã que não houve. Ligas Camponesas e o golpe de 64:**

Puseram-me numa Rural Willys [...] e foram me espaçando até o Quartel General, no Parque 13 de Maio, em Recife. Pararam no caminho e discutiram se deveriam ou não, levar-me até a praia, para uma sessão de afogamento. Felizmente desistiram. (SOUZA, 1996, p. 218).

Posteriormente, o deputado Assis Lemos foi trazido para João Pessoa, para o Quartel do 15 RI. Segundo o deputado, no percurso, as pessoas que estavam no carro que iriam transportá-lo, juntamente com o Coronel Hélio Ibiapina:

Iam discutindo qual o melhor caminho a tomar, e resolveram seguir em direção ao bairro de Macaxeira, na periferia de Recife. Quando ultrapassaram aquele bairro, o ‘muluto’ disse: ‘Coronel, prá que levamos este bandido prá Itabaina, quando podemos resolver aqui mesmo? O senhor está cansado e a

viagem é longa'. O Coronel concordou e o motorista procurou uma estrada do lado direito da rodovia de Recife, em direção a João Pessoa. Parou o veículo e desceram. Fiquei com o motorista que me apontava um revólver, calibre 45. Logo em seguida a um sinal de Ibiapina, o motorista mandou que tirasse a roupa, ficando eu totalmente nu. Tiraram as cordas e os ferros do jipe, e me levaram a um matagal. Havia apenas uma casa, cerca de 200 metros.

Numa árvore, instalaram o 'pau-de-arara', e me colocaram nele. Começaram a espancar-me, com tapas nos ouvidos – os famosos telefones – enquanto o Ibiapina interrogava-me sobre as armas vindas de Cuba. Respondi que não tínhamos armas e desconhecia totalmente que Cuba as houvesse enviado [...]. Sob o pretexto de que estivesse ocultando alguma informação, colocaram-me um jornal no ânus e tocaram fogo. Era um tipo de tortura chamado de "foguetes" ou "charuto cubano". (SOUZA, 1996, p. 220-21).

Apesar das torturas, Assis Lemos ainda teve a sorte de sair com vida, depois de cumprir prisão na Ilha de Fernando de Noronha. Mas o mesmo não aconteceu com outros dirigentes das Ligas Camponesas na Paraíba, como foi o caso de João Alfredo Dias, conhecido como "Nego Fubá", e Pedro Inácio de Araújo, conhecido como "Pedro Fazendeiro".

João Alfredo Dias era sapateiro e camponês, militante do PCB. Foi organizador das Ligas de Sapé (PB). Antes de 1964, esteve preso em várias ocasiões devido ao seu trabalho político com os camponeses. Nas eleições municipais de 1963, foi eleito o vereador mais votado do município de Sapé. Logo após o golpe, teve seu mandato cassado, foi preso, torturado e ficou detido até agosto de 1964. Pedro Inácio de Araújo era trabalhador rural e filiado ao PCB, militou em defesa dos direitos dos trabalhadores rurais. Antes de 1964, sofreu ameaças de morte por parte dos latifundiários da região, tendo, em 1962, levado um tiro na perna. Foi vice-presidente da Liga Camponesa de Sapé e membro da Federação das Ligas Camponesas. Foi preso no dia 08 de maio de 1964 pelos órgãos de repressão e levado para o 15º Regimento de Infantaria em João Pessoa, onde foi torturado. Ambos foram soltos do 15º Regimento de Infantaria do Exército, um no dia 29 de agosto e outro no dia 07 de setembro de 1964, e nunca mais foram vistos. Tempos depois, dois corpos carbonizados apareceram na estrada que liga João Pessoa a Caruaru. De acordo com testemunhas, seriam os corpos de João Alfredo e Pedro Inácio de Araújo. Foram dados como desaparecidos (BRASIL, 2007, p. 69-70).

Logo após a soltura e o desaparecimento de ambos, a esposa de Pedro Fazendeiro, Maria Júlia de Araújo, fez uma denúncia, através de carta ao jornal **Correio**

da Manhã, que foi publicada no semanário e posteriormente no livro **Tortura e Torturadores**, de Márcio Moreira Alves (1996). Dizia a referida carta:

O meu esposo, Pedro Inácio de Araújo, conhecido por Pedro Fazendeiro, como delegado das Ligas Camponesas da Paraíba nunca foi comunista somente porque lutava em benefício dos camponeses sofredores nas Usinas nos engenhos e latifúndios. Porque somos agricultores também, por isso dr. redator meu esposo foi preso no dia 8 de maio pelo Exército. O Grupamento de Engenharia libertou ele no dia 16 de junho por não culpa formada não houve prisão preventiva, porém os inquéritos a esta altura passou a responsabilidade do major Cordeiro do 15 R. I. e este prorrogou a detensão dele pro mais 20 dias e depois mais 20; e assim sucedeu até 7 de setembro. Quando fui visitar ele no dia 10 de mesmo mês de setembro fui informada no quartel que ele avia sido morto a 3 dias e o resultado é que procurei ele em todos os quartéis: de Natal, Recife, João Pessoa, não tendo notícia de espécie nem uma toda apreensiva com o desaparecimento de misterioso. Passo muita fome com meus cinco filhos menores que choram o desaparecimento do pai o comentário do povo é que ele foi assassinado. Confiu em Deus nas autoridades superiores e em V. Excia. E no dinamismo deste grande e combativo jornal que o desaparecimento de meu esposo chegará até aos ouvidos do Sr. Presidente da República e do Ministro da Guerra. (ALVES, 1966, p. 212).

Na Paraíba, a exemplo do que aconteceu em todo Brasil, várias pessoas também foram denunciadas nos inquéritos policiais militares (IPMs), instaurados em meados de abril de 1964, sob o comando do Major Ney de Oliveira Aquino: políticos, lideranças sindicais urbanas e rurais, funcionários públicos etc., acusados de subversão e de ligações com o Partido Comunista Brasileiro.

O caso de Minas Gerais

De acordo com Starling (1986), após o golpe militar, em Minas Gerais, a repressão teve como um dos alvos principais a Ação Popular (AP). Ela se inicia com a invasão do Convento dos Frades Dominicanos, localizado no bairro da Serra, e atinge tanto líderes leigos quanto religiosos. O diretor do jornal da Ação Popular, Lúcio Nunes, foi interrogado com tanta frequência que se viu coagido a deixar Belo Horizonte. Foram presos o dirigente sindical católico Antônio Faria Lopes, presidente do Sindicato dos Bancários, o deputado e sindicalista José Gomes Pimenta, líder da categoria dos mineiros de Nova Lima; Clodsmith Rianni, presidente do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) em nível estadual, e Sinval Bambirra, presidente da Federação Sindical dos Trabalhadores Têxteis, sendo que os referidos parlamentares também tiveram seus mandatos cassados com o voto unânime dos demais membros da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Também foi cassado o suplente de deputado

Pedro Lage e, em nível nacional, o ex-presidente Juscelino Kubistchek, além de outras lideranças políticas importantes do Estado. Sofreu especial violência o padre Francisco Lage Pessoa, que teve participação ativa no processo de sindicalização rural. Todos esses perseguidos pelo novo regime que se instalava foram denunciados nos Inquéritos Policiais Militares.

Outra entidade católica que sofreu repressão no pós-golpe foi a Ação Católica. No dia 1º de abril de 1964, a sede da Juventude Operária Católica (JOC) foi invadida pelo organismo paramilitar dos “Novos Inconfidentes” e o seu fundador e assistente eclesiástico, padre William Silva, foi indiciado em um Inquérito Policial Militar. Segundo Starling (1986) na realidade, tanto a Ação Católica quanto a Ação Popular pagaram alto preço não só por seu alinhamento ao bloco nacional-populista, mas sobretudo por terem em Minas Gerais enfrentado publicamente, embora sem a consciência plena do poder de seu inimigo, em mais de uma ocasião, a força representada pelo IPES – “Novos Inconfidentes”.

Segundo Motta (2009b), em Minas Gerais, aproximadamente 3 mil pessoas foram detidas para averiguações nos primeiros dias pós-golpe, principalmente estudantes, trabalhadores, intelectuais, sindicalistas e lideranças políticas. Mas com o passar das semanas, a maioria foi liberada: alguns de forma definitiva e outros para aguardar em liberdade o resultado de investigações abertas. Esses processos resultaram em poucas condenações, pois em julho de 1964 havia 35 presos em Minas.

Entre as lideranças políticas importantes de Minas Gerais, aproximadamente 10 tiveram seus direitos políticos cassados. Segundo Motta (2009b, p. 194): “[...] o número dos cassados desagradou aos militares da linha-dura, que desejavam expurgo mais profundo, incluindo também lideranças consideradas responsáveis por práticas de corrupção”.

A Universidade Federal de Minas Gerais – então chamada de UMG – sofreu uma intervenção militar em julho de 1964, por ordem de uma das principais lideranças militares no Estado, o General Carlos Luís Guedes, conforme podemos ver neste telegrama do reitor Aloísio Pimenta ao Ministro da Educação e Cultura, Flávio Suplicy de Lacerda, no dia 09 de julho de 1964.

Cumpro meu comunicar vossência que por ato do General Carlos Luiz Guedes Comandante quarta DIfoi nomeado Interventor na Universidade de Minas Gerais o Tte. Cel. Expedito Orsi Pimenta pt Nesta data aqui compareceu referido Interventor assumiu funções ficando o reitor afastado

até ulterior decisão. (BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, 1964a)¹².

Segundo Motta (2009b), desde a vitória do golpe que Guedes vinha tentando expurgar membros da Universidade, mas esbarrava na colaboração dos dirigentes da instituição. Uma comissão de sindicância interna à UFMG, instalada por ordem do Ministério da Educação em abril de 1964, não conseguiu encontrar subversivos entre seus quadros, ao contrário do apurado por comissões em outras Universidades. Para Motta (2009b),

[...] esse episódio, aliado ao fato do Reitor Aluísio Pimenta ser considerado homem de esquerda, levou Guedes à decisão de destituí-lo, nomeando um Tenente-Coronel do Exército para assumir o controle da UFMG. O ato gerou grande repercussão dentro e fora do estado, provocando a mobilização mesmo de forças leais ao governo militar, que reclamaram do presidente Castelo Branco a suspensão do ato discricionário, paradoxalmente, invocando para isso os ideais liberais da 'revolução'. (MOTTA, 2009b, p. 195).

Logo após a intervenção, o reitor afastado tomou algumas providências: telefonou para o governador de Minas, Magalhães Pinto, solicitando uma solução para o caso o mais rápido possível, e passou o seguinte telegrama para o Presidente da República, Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco:

Lamento ter de comunicar Excelentíssimo Senhor Presidente que a Universidade de Minas Gerais acaba de ser colocada sob regime de intervenção vg por ordem assinada pelo General Comandante 4ª Região Militar pt Impossibilitado tomar qualquer providência vg limitei-me a levar fato conhecimento Excelentíssimo Ministro Educação e Cultura pt Dirijo-me agora Excelentíssimo Senhor-Presidente a fim de manifestar meu protesto ato atentatório autonomia Universidade vg esperando assunto seja considerado devidamente Vossa Excelência pt Cordiais cumprimentos pt Aluísio Pimenta vg Reitor Universidade de Minas Gerais. (BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, 1964b).¹³

Telegramas com teor parecidos foram enviados para Milton Campos, Ministro da Justiça e professor da UMG, para o General Costa e Silva, Ministro da Guerra, e para o Prof. Deolindo Couto, Presidente do Conselho Federal de Educação, além de informado o fato ao Conselho Universitário da UFMG.

¹² BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Arquivo da Assessoria Especial de Segurança e Informação**. Caixa 02/64 – Maço 26, 09-07-1964a.

¹³ BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Arquivo da Assessoria Especial de Segurança e Informação**. Caixa 02/64 – Maço 26, 07-1964b.

Os mesmo jornais que deram apoio ao golpe, como o **Estado de Minas**, se posicionaram contra a intervenção, conforme podemos ver no editorial do dia 11 de junho de 1964 do referido jornal:

A intervenção militar na Universidade de Minas Gerais não seria o melhor caminho para resolver-se o caso – se é que há caso – daquele nosso principal instituto de ensino. O general Carlos Luís Guedes, que tem sido tão exato no cumprimento dos seus deveres cívicos, não pensou bem, ao aceitar a medida que lhe foi sugerida pelo Ministro da Educação. A Universidade de Minas Gerais é um espelho cristalino do pensamento democrático e das tendências liberais do povo montanhês. Qualquer medida de caráter excepcional contra esse instituto, para ser tomada, reclama muitas cautelas. É um organismo sensível, que não deve ser tratado friamente com o ferrete revolucionário, como se fosse um C.G.T. qualquer. (BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, 1964c).¹⁴

O fato é que devido a essa pressão, principalmente de setores ligados ao novo regime no Estado, a intervenção foi anulada apenas dois dias depois de ter sido decretada, e o reitor Aloísio Pimenta reassumiu o cargo e ficou nele até o final de seu mandato.

A intervenção se deu por ordem expressa do general Guedes à revelia do ministro da Educação Flávio Suplicy de Lacerda, conforme podemos ver em matéria do jornal **O Estado de Minas**, no dia 14 de julho de 1964, intitulada “Intervenção na UMG foi um equívoco”, diz ministro;

Dizendo que foi um "equívoco" a intervenção militar na Universidade de Minas Gerais, o ministro da Educação afirmou, hoje, que a medida se tomou à sua revelia, pois "fiquei supresso, quando tomei conhecimento". Disse o ministro que o general Luiz Guedes determinou a intervenção na mesma, atendendo a solicitação de um promotor da Justiça Militar. (BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, 1964d).¹⁵

Na verdade, vários atos de violência foram praticados na Universidade de Minas Gerais, além da citada intervenção. Foi instituída uma Comissão Especial de Inquérito para apurar atividades subversivas de alunos hispano-americanos; foi feita uma intervenção temporária na Faculdade de Filosofia, 11 de junho de 1964, e a suspensão da posse do diretor da Escola de Engenharia no dia 7 abril de 1964. Enfim, as práticas repressivas no imediato pós-golpe foram sintetizadas num relatório enviado pelo Reitor

¹⁴ BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Arquivo da Assessoria Especial de Segurança e Informação**. Estado de Minas, 11-07-1964c.

¹⁵ BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Arquivo da Assessoria Especial de Segurança e Informação**. Caixa 02 – Maço 27, 14-07-1964d.

Aloísio Pimenta ao Ministro da Educação, em resposta à Portaria 259 e ao Aviso ministerial n. 705, de 22 de abril de 1964, determinando a instauração de inquéritos administrativos na UMG. O referido relatório conclui que:

Deflagrado o movimento revolucionário, a Universidade de Minas Gerais viu-se imediatamente atingida em suas atividades normais. As aulas foram suspensas imediatamente por deliberação dos responsáveis pela administração e só foram reabertas a 13 de abril, e as Unidades universitárias, durante esse período, tiveram as suas sedes ocupadas e guarnecidas por contingentes policiais, afetando em algumas delas até os serviços administrativos.

A sede do Diretório Central dos Estudantes foi invadida e teve danificada a quase totalidade de seu material de escritório, de assistência dentária e médica, com arrombamento de portas e de cofres. [...]

Foram, por ordem do Comando da ID/4, dissolvidos o Diretório Central dos Estudantes e os Diretórios Acadêmicos de todas as Faculdades e Escolas, tendo sido designado, pelo mesmo Comando, o estudante Elcio Spinola e Castro, da Universidade Católica, como coordenador geral das medidas necessárias ao preparo e processamento de novas eleições, segundo as instruções do Comando.

Essas medidas atingiram punitivamente centenas de estudantes, sendo muitos deles detidos no próprio recinto das Unidades.

Dos inquéritos policiais militares mandados instaurar pelas autoridades do Exército resultaram diversas prisões de elementos do corpo docente e discente e a Reitoria ainda não recebeu qualquer comunicação acerca dos seus resultados, para as providências que lhe couber tomar. (BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, 1964e).¹⁶

Mais para o fim do ano de 1964, os militares no poder ferem o princípio da autonomia universitária ao impedir o jornalista Carlos Heitor Cony de ser paraninfo da primeira turma do Curso de Jornalismo na UMG, conforme podemos verificar neste ofício do Cmt. da ID/4, Dióscoro Gonçalves Vale, ao reitor da UMG:

1. Tendo em vista ter sido convidado para paraninfo no dia 17 do corrente a 1ª turma de Jornalismo da UMG, o Jornalista CARLOS HEITOR CONY, e objetivando a manutenção da ordem na Guarnição de Belo Horizonte, sugiro a V. Magnificência a adoção de uma das linhas de ação abaixo enumeradas:

- a) Ser o jornalista em causa cientificado de que deverá recusar o convite feito, para evitar perturbação da ordem;
- b) Ser suspensa a solenidade de formatura;
- c) Ser solicitada, por V. Magnificência, junto às autoridades responsáveis, a presença de força policial, sujeitando-se, nesse caso, ao possível emprego da força e suas imprevisíveis consequências, caso surja um conflito.

(BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, 1964e).¹⁷

¹⁶ BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Arquivo da Assessoria Especial de Segurança e Informação**. 04-1964e.

¹⁷ BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Arquivo da Assessoria Especial de Segurança e Informação**. Caixa 02/64 – Maço 33, 11-1964f.

Considerações finais

Como podemos observar, nos momentos que antecederam o golpe civil-militar no Brasil, em 1964, o Estado da Paraíba viveu um período de grande efervescência política e social, com um governo que, apesar de aliado das forças conservadoras do Estado, tinha práticas próximas do ideário trabalhista, desenvolvido em nível nacional pela gestão de João Goulart. Havia vários setores da sociedade civil bastante mobilizados e, principalmente, um movimento camponês, expresso através das Ligas, com capacidade de mobilização e de confronto contra os grandes proprietários rurais. No entanto, esse governo capitulou e aderiu ao golpe civil-militar e a repressão se abateu de forma bastante dura sobre vários setores da sociedade civil.

Em Minas Gerais essa efervescência existiu num grau mais elevado, tanto do ponto de vista das forças que apoiavam o projeto trabalhista de João Goulart, quanto, principalmente, daquelas que o combatiam.

Podemos observar que em Minas, diferentemente da Paraíba, houve entidades organicamente organizadas para combater o projeto nacional-desenvolvimentista, como o complexo IPES/IBAD, além de várias outras da sociedade civil, como a Igreja Católica, o movimento de mulheres e outros setores de classe média. No campo, tanto na Paraíba como em Minas, houve um movimento camponês combativo vinculado ao projeto janguista e, também, forças ligadas aos grandes proprietários rurais para combatê-lo; talvez neste caso específico, na Paraíba, esse conflito foi mais acirrado, mesmo considerando que em Minas ele também teve grandes proporções.

Também nos dois estados tínhamos governadores que se colocaram de forma dúbia na conjuntura, ora se vinculando às forças conservadoras, ora abrindo espaços para forças progressistas. Na Paraíba, o governador Pedro Moreno Gondim, apesar de ter aderido ao golpe, teve uma postura mais próxima da política trabalhista, apoiando em alguns momentos as Reformas de Base, especificamente a Reforma Agrária, que era a mais polêmica e, ao que tudo indica, não parece ter participado de articulações para derrubar o governo constitucional de João Goulart. Já o governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, principalmente visando a sua candidatura a presidente da República em 1965, também teve uma postura parecida; no entanto, se engajou na derrubada do governo Jango, tendo sido considerado um dos principais líderes civis da “Revolução”. No fim, ambos passaram a ser fieis ao novo regime que se instalou. No entanto, tiveram trajetórias diferentes ao longo do regime, pois enquanto Magalhães Pinto ocupou cargos

importantes no novo governo, Pedro Gondim, apesar de ter terminado o mandato de governador e de ter sido eleito deputado aliado do novo governo, terminou sendo cassado após o Ato Institucional n. 5 (AI-5).

Outro elemento comum aos dois estados era o uso do anticomunismo como elemento mobilizador das forças conservadoras para combater o projeto trabalhista. Em ambos os estados, esse elemento foi fundamental para mobilizar forças conservadoras contra o governo Goulart, apesar de, em Minas, essa campanha ter sido mais orgânica.

Enfim, podemos perceber, mesmo no âmbito limitado de uma conferência, que existem especificidades para serem exploradas sobre a temática do golpe civil-militar nos espaços regionais e mesmo estaduais.

**Civil-military coup and repression in the immediate post-coup:
the cases of Paraíba and Minas Gerais**

Abstract

In the period right before the civil-military coup in Brazil, in 1964, the population was experiencing a scenario of a great political and social turmoil, due to the clash between the views held by the forces that supported João Goulart's labor project, as well as by several leftist social movements and the opposing views associated with the political forces that fought him. This article is partially the result of various researches developed during my post-doctoral studies at UFMG/PROCAD, from September 2012 to January 2013. In this work, I analyze the political conspiracies carried out during the coup, the repression launched against the civil society in the states of Paraíba and Minas Gerais, trying to examine the political and social forces that took part in this construction, the ones that resisted it and the ones that failed to prevail over repression. My aim is to verify possible specificities of the coup and the establishment of the military dictatorship in two states from very different regions of the federation.

Keywords: Political history; Civil-military coup; Civil society; Repression.

REFERÊNCIAS

Fontes Primárias

ARQUIVO DO NÚCLEO DE REFERÊNCIA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DA PARAÍBA. **Depoimento de Ophelia Amorim**. IPM 9, p. 24, s/d.

ARQUIVO DO NÚCLEO DE REFERÊNCIA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DA PARAÍBA. **Projeto de Resolução 3/64**. IPM 8, 07-04-1964. p. 55.

BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Arquivo da Assessoria Especial de Segurança e Informação**. Caixa 02/64 – Maço 26, 09-07-1964a.

BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Arquivo da Assessoria Especial de Segurança e Informação**. Caixa 02/64 – Maço 26, 07-1964b.

BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Arquivo da Assessoria Especial de Segurança e Informação**. Estado de Minas, 11-07-1964c.

BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS.
Arquivo da Assessoria Especial de Segurança e Informação. Caixa 02 – Maço 27,
14-07-1964d.

BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS.
Arquivo da Assessoria Especial de Segurança e Informação. 04-1964e.

BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS.
Arquivo da Assessoria Especial de Segurança e Informação. Caixa 02/64 – Maço
33, 11-1964f.

Fontes secundárias

ALVES, Márcio Moreira. **Tortura e Torturadores.** Rio de Janeiro: Editora Idade Nova, 1996.

AUED, Bernadete W. **A Vitória dos Vencidos.** Partido Comunista Brasileiro – PCB e Ligas Camponesas (1955-64). Florianópolis: Universitária/UFSC, 1986.

BENEVIDES, Cezar. **Camponeses em Marcha.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

BERNSTEIN, Serge. Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma História Cultural.** Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

BORGES, Vavy Pacheco. História e política: relações permanentes. **Revista Brasileira de História,** São Paulo v.12, n.23/24, p.7-18, set./ago., 1991-1992.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.** 2007, p. 69-70.

BRITO, Joacil de. Eu não invadi a Faculdade. In: GUEDES, Nonato. et al. (Org.). **O jogo da verdade. Revolução de 64, 30 anos depois.** João Pessoa: A União, 1994, p. 273-275.

CAMISASCA, Marina Mesquita. **Camponeses mineiros em cena:** mobilização, disputas e confrontos (1961-1964). 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em História, Belo Horizonte.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena:** propaganda política no varguismo e no peronismo. 2ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

CITTADINO, Monique. **Populismo e Golpe de Estado na Paraíba (1945/1964).** João Pessoa: Universitária/UFPB/Ideias, 1998.

DREIFUSS, René Armand. **1964:** a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: vozes, 1981. 814 p.

FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro.; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. Ensaios de Teoria. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 61-89.

JULLIARD, Jacques. A Política. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: Novas Abordagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p. 180-196.

LE GOFF, Jacques. A política será ainda a ossatura da história? In: LE GOFF, Jacques. **O maravilhoso e o cotidiano no ocidente medieval**. Lisboa: Edições 70, 1985 p. 221-242.

MELO, José Octávio de Arruda. **1964 no mundo, Brasil e Nordeste**. João Pessoa: UNIPÊ, 2004.

MOTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **Cultura Política na História**: Novos Estudos. Belo Horizonte: Argumentum, 2009a. p. 13-37.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O Golpe, o Regime Militar e a Elite Mineira: 1964-1985. **Hoje em Dia**, Belo Horizonte, p.193-208, 2009b.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Incômoda Memória. Os arquivos das ASI universitárias. **Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v.21, n. 2, p.43-66, jul/dez 2008.

NUNES, Paulo Giovanni Antonino. A quebra da ordem institucional e a ditadura militar no Brasil. In: ARAÚJO, E. M. N.; NÓBREGA, E. M. M.; SANTO NETO, M. G.; BARBOSA, V; L.. (Org.). **Historiografia e(m) diversidade: artes e artimanhas do fazer histórico**. 1 ed. Campina Grande: Editora da UFCG, 2010, v. 1, p. 278-294.

NUNES, Paulo Giovanni Antonino. “Golpe civil-militar na Paraíba: repressão e legitimação de parte da sociedade civil no imediato pós-golpe”. **Revista Perspectiva Histórica** (Dossiê: Ditadura Militar), v. 2, n° . 3, jul./dez., 2012.

PEREIRA, Joacil de Britto. **A vida e o tempo**. Memórias, vol. II. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1997.

PORTO, Maria das Dores Paiva de Oliveira; LAGE, Iveline Lucena da Costa. **CEPLAR**: história de um Sonho Coletivo. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura, 1994.

REIS FILHO, Daniel Aarão. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge. **O populismo e sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René. (Org.). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996, p. 13-36.

RODRIGUES, Cláudio José Lopes. **Alienados e Subversivos: a Aventura Estudantil (1950-1999)**. João Pessoa: Ideia, 2000.

ROSANVALON, Pierre. **Por uma história do político**. São Paulo: Alameda, 2010.

SIMÕES, Solange de Deus. **Pátria e Família: as mulheres no golpe de 1964**. Petrópolis: Vozes, 1985.

SOUZA, Francisco de Assis Lemos de. **Nordeste. O Vietnã que não houve. Ligas Camponesas e o golpe de 64**. Londrina/João Pessoa: Editora da Universidade Estadual de Londrina/Editora da Universidade Federal da Paraíba, 1996. 375p.

STARLING, Heloisa Maria Murgel. **Os senhores das Gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 1964**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1986.

Recebido em outubro de 2013.
Aprovado em janeiro de 2014.